



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE GRAJAÚ
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS/GEOGRAFIA

ROSILÉIA CONCEIÇÃO DE SOUZA

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SURDEZ/DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA
PERSPECTIVA DO TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS: A REALIDADE DE
UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE GRAJAÚ-MA**

Grajaú - MA

2023

ROSILÉIA CONCEIÇÃO DE SOUZA

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SURDEZ/DEFICIENCIA AUDITIVA NA
PERSPECTIVA DO TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS: A REALIDADE DE
UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE GRAJAÚ-MA**

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado(a) ao curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Grajaú.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia Costa Ataíde

Grajaú - MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Conceição de Souza, Rosiléia.

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SURDEZ/DEFICIENCIA AUDITIVA NA
PERSPECTIVA DO TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS: A REALIDADE
DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE GRAJAÚ-MA / Rosiléia
Conceição de Souza. - 2023.

24 p.

Orientador(a): Patrícia Costa Ataíde.

Curso de Ciências Humanas - Geografia, Universidade
Federal do Maranhão, Grajaú MA, 2023.

1. Deficiência auditiva/surdez. 2. Inclusão. 3.
Libras. I. Costa Ataíde, Patrícia. II. Título.

ROSILÉIA CONCEIÇÃO DE SOUZA

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SURDEZ/DEFICIENCIA AUDITIVA NA
PERSPECTIVA DO TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS: A REALIDADE DE
UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE GRAJAÚ-MA**

Aprovada em: 22/09/2023

BANCA EXAMINADORA

**Prof.^a Dr.^a Patrícia Costa Ataide
(Orientadora)**

**Prof.^a M.^a Caroliny Santos Lima
UFMA**

**Prof.^a M.^a Jaciara da Silva Arruda
UFMA**

Grajaú – MA

2023

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SURDEZ/DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA PERSPECTIVA DO TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS: A REALIDADE DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE GRAJAÚ-MA

THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DEAFNESS/HEARING IMPAIRMENT IN THE PERSPECTIVE OF THE TRANSLATOR/INTERPRETER OF LIBRAS: THE REALITY OF A MUNICIPAL PUBLIC SCHOOL IN GRAJAÚ-MA

LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON SORDERA/DISCAPACIDAD AUDITIVA EN LA PERSPECTIVA DEL TRADUCTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS: LA REALIDAD DE UNA ESCUELA PÚBLICA MUNICIPAL EN GRAJAÚ-MA

RESUMO

Este trabalho visa analisar como está acontecendo a inclusão do aluno com deficiência auditiva/surdez, na perspectiva do intérprete/tradutor de Libras, sendo este, ator fundamental nesse processo de inclusão, pois vivencia diariamente a realidade dentro de uma escola no município de Grajaú, no Maranhão. Objetivo geral dessa pesquisa, de abordagem qualitativa, foi analisar como se dá a inclusão de alunos com surdez/deficiência auditiva a partir da perspectiva de tradutores/intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). As informações foram obtidas por meio de pesquisas bibliográficas e entrevistas semiestruturadas. Dessa forma, atentamos para o contexto histórico, as políticas públicas que asseguram os direitos desses indivíduos, e a formação dos intérpretes/tradutores de LIBRAS. Através de entrevistas com duas tradutoras/intérpretes de LIBRAS, constatamos que, dentre as maiores dificuldades encontradas por elas, estão a inclusão do aluno com deficiência auditiva/surdez, a falta de apoio e formação por parte da gestão do município e a falta de recursos pedagógicos adaptados para o melhor desenvolvimento do trabalho realizado. Nota-se que tudo isso é de suma importância para um melhor entendimento de como se encontra a realidade de inclusão da rede pública.

Palavras-chave: inclusão; deficiência auditiva/surdez; Libras.

ABSTRACT

This work aims to analyze how the inclusion of students with hearing impairment/deafness is happening, from the perspective of the LIBRAS interpreter/translator, who is a fundamental actor in the inclusion process, as he experiences reality daily within a school in the municipality of Grajaú, in Maranhão. The information was obtained through bibliographical research and semi-structured interviews. In this way, we pay attention to the historical context, the public policies that ensure the rights of these individuals, and the training of LIBRAS interpreters/translators. Through interviews with LIBRAS translators/interpreters, I found that, among the biggest difficulties they encountered, are the inclusion of students with hearing impairments/deafness, the lack of support and training on the part of the municipal management and the lack of pedagogical methods adapted for the best development of the work carried out. It should be noted that all of this is extremely important for a better understanding of the reality of inclusion in the public network.

Keywords: inclusion; hearing impairment/deafness; Pounds.

RESUMEN

Ce travail vise à analyser comment se produit l'inclusion des élèves malentendants/surdités, du point de vue de l'interprète/traducteur LIBRAS, qui est un acteur fondamental dans ce processus d'inclusion, car il vit quotidiennement la réalité au sein d'une école de la municipalité de Grajaú, dans le Maranhão. L'objectif général de cette recherche, ethnographique et avec une approche qualitative, était d'analyser comment se produit l'inclusion des étudiants sourds/déficients auditifs du point de vue des traducteurs/intérpretes LIBRAS. Les informations ont été obtenues grâce à des recherches bibliographiques et à des entretiens semi-structurés. De cette manière, nous prions attention au contexte historique, aux politiques publiques qui garantissent les droits de ces personnes et à la formation des interprètes/traducteurs LIBRAS, Grâce à des entretiens,

avec deux traducteurs/interprètes de LIBRAS, j'ai constaté que, parmi les plus grandes difficultés rencontrées, figurent "l'inclusion des étudiants malentendants/surdités, la manque le soutien et de formation de l'apart de la direction municipale et le manque de ressources pédagogiques, des méthodes adaptées pour le meilleur déroulement du travail réalisé. Il faut souligner que tout cela est extrêmement importante pour mieux comprendre la réalité de l'inclusion dans le réseau public.

Palabras clave: inclusión; discapacidad auditiva/sordera; Libras.

INTRODUÇÃO

O despertar pelo estudo dessa pesquisa, deu-se, principalmente, por conta da aproximação da realidade educacional inclusiva que vivenciamos no município de Grajaú Maranhão, seguido da afinidade com o tema, após cursar a disciplina de Libras no curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Geografia.

No Brasil existem falhas quando se trata da inclusão de alunos com deficiência, essas falhas são perceptíveis quando presenciamos em escolas a falta de profissionais qualificados para exercer com coerência o seu trabalho, a falta de materiais adequados para o bom desenvolvimento do aluno, como também, a ausência de apoio do governo/secretarias de educação na formação dos educadores, tendo em vista que em muitas escolas ainda são inseridos professores sem qualificação para desenvolverem o trabalho docente na área da Educação Especial.

Segundo Garcia (2013), a Educação Especial deve ser centrada no propósito de aquisição de professores com formação específica. Contudo, dando ênfase à educação para o aluno com deficiência auditiva/surdez, podemos perceber que, mesmo diante das dificuldades e da crescente necessidade de melhorias, há avanços, nos últimos anos, quando se trata de inclusão.

Como aponta Garcia:

Entretanto, ao final da década referida, o discurso da eficiência e eficácia da atual política mostra um crescimento do atendimento educacional especializado (AEE), indicando que houve um incremento importante das matrículas relacionadas à educação especial em escolas comuns como expressão do sucesso da política. (GARCIA, 2013, p. 05).

Esse aumento no número de matrículas relacionadas à Educação Especial é um importante aspecto no que tange à inclusão, no entanto, ainda há muito o que ser feito para a melhoria do ensino, pois não basta que os alunos atendidos por essa modalidade de ensino sejam matriculados mas, que sejam criadas as condições para a sua permanência, por isso, dentre outros fatores, é de fundamental

importância que os profissionais sejam bem qualificados para que também haja inclusão em termos de aprendizagem.

Nesse sentido, a pesquisa que resultou neste trabalho, pretendeu estudar como se encontra o funcionamento da inclusão para o aluno com surdez/deficiência auditiva no município de Grajaú, dentro de uma escola pública municipal, tendo como foco, identificar as diversas dificuldades encontradas pelos intérpretes/tradutores de LIBRAS da sala de ensino regular, visando que, muitas vezes, não é levada em conta a percepção, as opiniões e as sugestões desses profissionais para as melhorias necessárias.

Portanto, defini como objetivo geral da pesquisa analisar como se dá a inclusão de alunos com surdez/deficiência auditiva a partir da perspectiva de tradutores/intérprete de LIBRAS e, como objetivos específicos:

- Conhecer o histórico da Educação Especial no contexto da surdez/deficiência auditiva;
- Entender as políticas públicas de Educação Especial no cenário da surdez/deficiência auditiva e;
- Refletir sobre a formação do tradutor/intérprete de LIBRAS e práticas pedagógicas para a inclusão da pessoa com surdez/deficiência auditiva.

A cidade de Grajaú no Maranhão, apresenta déficits em relação á inclusão no ensino para a pessoa com deficiência, as grandes falhas nessas questões, estão diretamente ligadas a vários fatores, dentre eles estão: o descompromisso da gestão pública, a falta de capacitação de professores/tradutores, a carência de salas de recursos multifuncionais com os materiais necessários para o desenvolvimento do aluno, entre outros.

Considerando que a pesquisa de natureza qualitativa tem como um dos focos principais estudar as formas de comportamento e organização de um determinado grupo social, nesse caso, os tradutores/intérpretes de LIBRAS de Grajaú, em conformidade ao que descreve Martins (2004, p. 01):

A pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise (MARTINS, 2004, p. 01).

A pesquisa foi realizada em uma escola pública municipal de Grajaú, no Maranhão, que tinha alunos com surdez/deficiência auditiva matriculados no momento da realização da pesquisa. Para tanto, analisamos a percepção de 2 (dois) tradutores/intérpretes de LIBRAS, selecionados segundo os seguintes critérios: ter a idade mínima de 20 (vinte) anos e, pelo menos 1 (um) ano exercendo a função de tradutor/intérprete de LIBRAS na referida escola. Os instrumentos que nortearam a coleta das informações junto aos participantes foram: o perfil dos intérpretes/tradutores, idade, sexo, formação e tempo de atuação (experiência).

As duas tradutoras/intérpretes de LIBRAS participantes da pesquisa serão identificadas com nomes fictícios. A primeira, “Diana”, graduanda em Letras pela Universidade Federal do Maranhão, tem 25 (vinte e cinco) anos de idade, e atua no cargo há 3 (três) anos. A segunda, “Sofia”, graduada em Pedagogia, e pós-graduada em Educação Especial/Libras, tem 34 (trinta e quatro) anos de idade e atua na área há 2 (dois) anos.

Além das entrevistas semiestruturadas, também fizemos uso da revisão bibliográfica e análise documental como forma de buscar apoio nas produções de autores e autoras, bem como, que pesquisam na área da Educação Especial, assim como, no aparato legal na qual se embasa essa modalidade de ensino.

Este artigo está organizado em 3 (três) subseções referentes ao histórico da Educação Especial no contexto da surdez/deficiência auditiva; políticas públicas de Educação Especial no cenário da surdez/deficiência auditiva e; formação do tradutor/intérprete de LIBRAS e práticas pedagógicas para a inclusão da pessoa com surdez/deficiência auditiva.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA SURDEZ/DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Tendo em vista o contexto social acerca da Educação Inclusiva como um todo, e levando em consideração seu quadro desde a antiguidade, entendemos aqui, a importância de estudar com mais profundidade seu contexto histórico e as lutas por trás de todas as conquistas adquiridas até os dias atuais, sobretudo, quando se trata da comunidade surda. Para tanto, se faz necessário um estudo mais abrangente, considerando que a busca pelos direitos das pessoas com deficiência vem de longa data e reflete os esforços de vários países.

Com isso, vemos que essas lutas não são, e não foram enfrentadas apenas no Brasil, pois como descreve Strobel (2008), em um de seus trabalhos, que na Grécia, as pessoas com surdez, eram inválidas, desprovidas da capacidade de pensar, fator esse que justificava a sua morte. Esse contexto histórico nos leva a refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência, bem como os direitos alcançados, embora, ainda tenhamos muito a avançar.

Levando em consideração o que aponta Moura, Lodi e Harrison (1997), os surdos também não eram considerados como pessoas, seres humanos, pois de acordo com o pensamento de Aristóteles, naquela época, para ser considerado humano, era necessário possuir uma linguagem (naquela época verbal). Isso perdurou por longos anos, privando assim, as pessoas com deficiência auditiva dos seus direitos, inclusive, a liberdade de se expressarem, pois eram consideradas como possuidoras de algum tipo de problema mental.

Esse pensamento perdurou, principalmente, dentro da Igreja Católica, pois de acordo com os autores citados, as pessoas com surdez/deficiência auditiva eram incapacitadas de receber os sacramentos, principalmente o do matrimônio, pois segundo a referida instituição, essas pessoas eram incapazes de falar, então, eram vistas como almas não imortais.

Analisando até aqui, vemos a dificuldade até mesmo dentro da religião, que por sua vez, teria o dever de acolher e cuidar, mas em se tratando desse período, não foi o que aconteceu, tendo em vista que a Igreja (na idade média) tinha muito poder e prestígio diante da sociedade, assim como atualmente, embora em menores proporções, quem ocupa um cargo na Igreja, tem certo crédito na sociedade.

Esse critério se estendeu até o século XII e passou por mudanças na Idade Moderna, quando então, começaram a surgir os primeiros educadores, mas esses eram um privilégio dos filhos de familiares nobres, que eram instigados a aprender a falar, pois somente assim, teriam direito à herança familiar.

Com efeito, ao longo da trajetória, alguns estudiosos começaram a despertar o interesse em se aprofundar nas questões ligadas à surdez/deficiência auditiva, o que de fato, era o ponto de partida para se pensar em melhores condições para essas pessoas. Dentre os estudiosos temos Girolamo Cardano (1501-1578), que era médico, professor, filósofo e matemático. Esse estudioso tinha uma visão mais abrangente e interpretava de que todas as pessoas tinham direitos, dentre eles, o de

serem instruídas, por isso, começou a ensinar utilizando a Língua de Sinais e a escrita.

Temos também o Monge Ponce de Leon (1510-1578), que contribuiu significativamente através da criação da Datilologia¹, pois possibilitou aos alunos tocar nas letras do alfabeto, soletrar e formar palavras. Esse religioso e estudioso, tempos depois, construiu uma escola e foi considerado o primeiro professor para pessoas com surdez/deficiência auditiva.

Também destaco Charles Michel de L'Epeé (1712-1789), que deu início aos estudos voltados para a Língua de Sinais, usando, para isso, seu patrimônio como investimento. O francês começou a observar que esses alunos tinham familiaridade com a comunicação mais visual e por meio de gestos, com isso, teve a ideia de criar um alfabeto manual. A criação dos "sinais metódicos", de acordo com Charles Michel, deveria ser aprendida a priori pelos educadores, para que assim, pudessem transmitir a língua falada e escrita e possibilitar a comunicação na sociedade.

Contudo, somente a partir do século XVIII foram fundadas 21 (vinte e uma) escolas para pessoas com surdez/deficiência auditiva e a partir da metade desse mesmo século iniciou a educação em nível público na Europa, e em 1971 a Língua de Sinais passa a ser considerada o meio de comunicação para essas pessoas, como apontam Lima e Santos (2014, p. 15):

No período a Língua de Sinais começa a ser reconhecida como forma de comunicação para os surdos. A partir do movimento Europeu, o método trouxe resultados positivos, chamando a atenção de educadores e de religiosos, que fundaram várias escolas para surdos, com profissionais ouvintes e surdos. Estas escolas tinham, no seu currículo, a religião, a moral, a formação profissional e a Língua de Sinais, com a exploração de recursos visuais como base.

A interferência da Igreja Católica dentro desse contexto histórico é inegável, isso porque a docência na Europa tem a sua gênese nessa instituição, na qual atuavam os religiosos educadores. Dessa maneira, a gênese do trabalho pedagógico com pessoas com surdez/deficiência auditiva não foge desse contexto.

Tempos mais tarde, acontece uma mudança, as pessoas com surdez/deficiência auditiva passam a ser educadas por outros ouvintes e os professores são retirados de campo. Sendo assim, os alunos começam a ser vistos como destaques, de forma que passam a tratar da higiene, da alimentação e das

¹ Comunicação através de sinais feitos com os dedos, como é o caso do alfabeto manual das pessoas com surdez/deficiência auditiva.

atividades físicas, sobretudo de exercícios vocais, além de tentar sanar os aspectos ligados à sexualidade, contudo, tudo isso não atendia às suas principais necessidades. Diante disso, destaca-se a teoria do médico Dr. Blanchet, que passa a estudar sobre a possibilidade de uma reeducação dos ouvidos, que se resumiria em uma cirurgia para excitação dos nervos.

Tendo em vista toda essa trajetória de uma forma geral, trazendo os acontecidos desde os primórdios e a realidade por trás de toda conquista até aqui, e entendendo que mesmo vindo de outros países com contextos e culturas diferentes, mas com propósitos semelhantes, podemos agora passar a estudar sobre como aconteceu essa trajetória aqui no Brasil.

A princípio tudo aconteceu a partir do segundo Império, quando o Imperador Dom Pedro II convidou Eduard Huet (professor surdo) para vir ao Brasil, e ele trouxe para o país a Língua de Sinais Francesa, logo após, implantou a Língua Nacional de Sinais². Huet trouxe grandes contribuições para o país e, e através disso, foram consideradas as possibilidades das escolas para alunos com deficiência auditiva/surdez, tendo em vista a grande quantidade de pessoas com essa condição e, conseqüentemente, possibilitando e flexibilizando a sua comunicação no convívio, sobretudo, com as famílias.

Com isso, a partir de 1957 e por meio da Lei 839, é criado no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Surdos Mudos (IISM) que, a princípio, atenderia somente as crianças do sexo masculino com surdez/deficiência auditiva.

Tempos depois, esse Instituto mudou de nome, passando a ser o que conhecemos hoje como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), e o que antes trazia o conceito da mudez, hoje já não existe, pois, não necessariamente uma pessoa surda é também muda, ela apenas não foi instruída a falar, pois não consegue ouvir. Na verdade, existem os Surdos Oralizados, pessoas que não ouvem, mas conseguem falar. A partir desse ponto, entendemos o erro na expressão “surdo-mudo”.

Outro marco histórico que destaco é o Congresso de Milão, em 1880, quando representantes de vários países se reuniram para decidir a respeito do melhor método de ensino para as pessoas com surdez/deficiência auditiva. Na ocasião, participaram da decisão vários ouvintes, mas os surdos foram proibidos de ter

² Nome dado ao que hoje conhecemos como LIBRAS.

acesso, desde então, ficou decidido que a Língua de Sinais seria proibida e passaria a ser permitido apenas o método oral. Essa decisão perdurou por longos anos, mas por volta do final do século XIX e início do século XX, após muitas reivindicações, constatou-se que o método oral não era adequado para a educação de pessoas com surdez/deficiência auditiva.

Bem mais recente, na década de 70, fundou-se no Brasil a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos, que mais tarde teve seu nome mudado, sendo até hoje conhecida como Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). Devido a essa federação e muitos movimentos sociais e leis que hoje asseguram os direitos as pessoas com surdez/deficiência auditiva, a Língua de Sinais passou a ser reconhecida como língua oficial dos surdos, e a Língua Portuguesa como segunda língua.

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), de 16 de maio de 1987, estabelece que:

Ao longo dos anos, a Feneis inovou ao introduzir novos modelos de ação na comunidade surda brasileira, e sublinhou ao longo dos anos a educação como pressuposto para a transformação social. Contudo, isso não significa apenas oferecer uma grande diversidade de eventos, mas, efetivamente, contribuir para experiências mais duradouras e significativas.

São atendidos pela Feneis: surdos, pessoas com perda auditiva, professores de Libras, pesquisadores, familiares de surdos, instituições, organizações governamentais e não-governamentais, profissionais da área, dentre outros. Aliás, suas diferentes manifestações sempre se destinam a todos os públicos, em diversas faixas etárias e estratos sociais, sem distinção e sem discriminação.

A importância da Federação, em nível social, é de grande valia, tendo em vista as muitas necessidades que ainda se enfrentam na educação brasileira quando se trata do direito acontecendo de fato no âmbito da escola, visando a inclusão na prática e assegurando que caso isso não aconteça, existem mecanismos que garantem a consecução desse direito.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CENÁRIO DA SURDEZ/DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Após conhecermos aspectos históricos que levaram ao reconhecimento mundial da Língua de Sinais, é necessário conhecer as leis que hoje asseguram os direitos da pessoa com deficiência, para assim, entender com maior clareza os

direitos que garantem a educação de qualidade para todos, independentemente de suas necessidades específicas.

A garantia da educação de qualidade perpassa pelo conhecimento das leis e políticas públicas, para isso, priorizamos, neste trabalho o PNE (Plano Nacional de Educação), a Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca, entre outras.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como foco garantir a criação de políticas que assegurem o direito de educação igualitária e de qualidade para todos. A Constituição Federal de 1988 garante que toda pessoa tenha direito à educação, no ensino regular, sem sofrer quaisquer preconceitos, inclusive, sendo preparada e qualificada para o mercado de trabalho e que esse deve ser um direito constituído para todos, inclusive para a pessoa com deficiência.

O PNE (Plano Nacional de Educação), por meio da Lei 13.005/2014, defende a necessidade da implementação da educação inclusiva nas escolas, permitindo, dessa maneira, que os alunos com deficiência possam não somente ocupar os espaços escolares, mas, estejam envolvidos nas situações de ensino-aprendizagem.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências, de 2006, no art. 24, defende que: “As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito [...]”, e no uso de suas demais atribuições e artigos, estabelece o direito da inclusão plena, ou seja, que essa seja garantida em todos os níveis, e que a pessoa com deficiência deva ser incluída no meio do convívio, e caso isso não aconteça, o motivo não deve ser sua deficiência. Este artigo nos leva a refletir a respeito de como isso acontece de fato, pois sabemos que ainda em meio a tantas leis e políticas públicas, a realidade ainda nos revela situações de descumprimento.

Em âmbito internacional, a Declaração de Salamanca, elaborada na Conferência Mundial de Educação Especial, em 1994, na Espanha, prevê o fim da Educação Especial sob a forma de segregação em instituições filantrópicas, passando o ensino ao sistema regular sob a forma de inclusão, levando em conta as necessidades de cada pessoa, com ou sem deficiência.

No tocante à legislação brasileira referente à surdez/deficiência auditiva, temos a Lei 10.436/2002 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como o a língua da comunidade surda brasileira, tendo em vista, que essa forma de

linguagem se expressa por meio de movimentos, usando as mãos para se expressar e repassar suas informações, bem como dialogar na sociedade, pois essa é sua forma de comunicação e interação.

Ressalta-se ainda, o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, em que a LIBRAS é regulamentada segundo a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que coloca em questão as demandas voltadas para o processo de perda auditiva, cujas interações e percepções dessas pessoas acontecem de forma visual, e traz grandes e importantes mudanças no processo de inclusão da pessoa com surdez/deficiência auditiva o âmbito educacional. Portanto, o Brasil promove uma importante mudança, pois fica garantido o apoio e incentivo da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação objetiva, através do poder público e de muitas outras instituições.

A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, afirma já no seu Art. 1º que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Essa lei que define as bases da educação brasileira preconiza o desenvolvimento humano, que se dá primordialmente por meio da convivência, seja no meio familiar, cultural, na escola, e nas demais instituições de ensino. Com isso, percebe-se a importância da inclusão escolar das pessoas com deficiência nas salas de ensino comum, especificamente, os alunos com deficiência auditiva/surdez, que antes eram vistos como incapazes de pensar, aprender e produzir e, cada vez mais, têm ocupado lugares sociais de visibilidade.

Portanto a lei garante que os sistemas de ensino garantam educação de qualidade para todos, inclusive para a pessoa com deficiência, como está explícito no Cap. V da lei que, cujo Art. 59 ressalta que “os sistemas de ensino assegurarão para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica”. Isso requer dizer, que é necessário a instituição de ensino providenciar os meios para que esse aluno seja inserido.

A LBD 9394/96, no contexto da educação da pessoa com surdez/deficiência auditiva, sofreu uma recente alteração à medida que, a partir da Lei 14.191 de 2001, à medida que inseriu o ensino bilíngue para as pessoas com surdez/deficiência

auditiva nas escolas, dessa maneira, a LIBRAS foi estabelecida como primeira língua e o português como segunda.

Nesse sentido, a LIBRAS é prioritária para essas pessoas, por meio disso, nota-se a importância de ressaltar o seu significado para a comunidade surda. Essa língua de modalidade gestual e visual possui estrutura gramatical própria e tem como pressuposto fundamental o desenvolvimento dessas pessoas na sociedade de forma adaptada à sua realidade, então, a pessoa com surdez/deficiência auditiva deve conhecer a Língua Brasileira de Sinais como sua língua materna. Reitero que esse é um grande acontecimento para a comunidade surda brasileira.

A educação bilíngue, modalidade incluída na LDB 9394/96 pela Lei nº 14.191, de 2021, no Cap. V-A, Art. 60-A, estabelece:

Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

Tendo em vista o exposto, não podemos deixar de mencionar aqui, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que de maneira geral, estimula o desenvolvimento de crianças com deficiência, no sentido de possibilitar a sua inclusão a partir da mediação feita por profissionais capacitados em cada particularidade, pois cada criança/pessoa, seja deficiente ou não, possui suas diferenças, e cada uma tem sua forma de aprendizagem e desenvolvimento, de maneira que isso garanta sua participação e permanência na classe comum, assim como, sua plena aprendizagem.

Por conseguinte, fica sob a responsabilidade do profissional que, atende as pessoas com deficiência, descobrir qual a necessidade do aluno e assim, desenvolver metodologias que facilitem sua melhor compreensão, o que acontece primordialmente na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Para tanto, deve ter os aparatos necessários para facilitar esse desenvolvimento, podendo acontecer de forma complementar³ ou suplementar⁴.

Em relação ao público-alvo do AEE, Bendinelli (2018) afirma que “é formado por alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas

³ Atende alunos com dificuldades no processo de ensino e aprendizagem.

⁴ Atende alunos que possuem altas habilidades/superdotação.

habilidades/superdotação”. Então, por meio do AEE são desenvolvidas ações de identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e acessibilidade para eliminar os obstáculos à aprendizagem e possibilitar o acesso à aprendizagem.

FORMAÇÃO DO TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DA PESSOA COM SURDEZ/DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Não poderíamos tratar da inclusão da pessoa com deficiência na escola sem inserir nessa discussão os profissionais que lidam diretamente com os alunos com surdez/deficiência auditiva traduzindo e interpretando as falas dos professores da sala regular. Para realizar esse papel é fundamental uma formação profissional adequada, nesse sentido, abordarei aqui alguns aspectos referentes à formação do tradutor/intérprete de LIBRAS a partir das contribuições das profissionais entrevistadas.

Atualmente, podemos notar algumas mudanças no que tange à inclusão dos alunos com surdez/deficiência auditiva, que antes, isolados e sem acesso à educação, hoje é crescente a sua presença nas escolas, nas universidades e no mercado de trabalho. Ressaltamos, nesse contexto, a importância dos tradutores/intérpretes de LIBRAS que trabalhando de forma colaborativa com os professores do ensino regular, têm uma importância grandiosa no ensino-aprendizagem desses alunos.

O tradutor/intérprete de LIBRAS precisa ter domínio das duas Línguas, pois sua atuação serve como instrumento fundamental para a mediação entre a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, devido a isso, notamos a grande importância de pessoas com formação profissional adequada para exercerem essa função, pois garante de forma significativa o desenvolvimento educativo e social de seus alunos, possibilitando que eles aprendam os conhecimentos necessários para a vida em sociedade, onde se insere o mercado de trabalho.

Para exercer a função de tradutor/intérprete de LIBRAS, primeiramente, é necessário ter interesse e afinidade com a profissão, além de buscar formação profissional. Destacamos aqui, que a formação desses profissionais, ainda é limitada, inclusive, muitos deles, atuam na profissão apenas com autoformação por

meio de vídeo aulas, o que se deve, em grande parte, ao pouco apoio governamental, sobretudo, do município de Grajaú, que por não oferecer a formação adequada, não faz grandes exigências para a contratação desses profissionais, dessa forma, questionamos quanto à preocupação com a qualidade no desenvolvimento desse trabalho, que requer saberes específicos e necessários. De acordo com Ferreira e Lustosa (2018, p. 31 apud Lindoso, 2000):

Nesse contexto, pode-se assegurar que o professor precisa desenvolver a capacidade de mobilizar e de articular saberes inerentes às atividades para realizá-las com qualidade e com segurança. O que será possível pelo desenvolvimento de competências que auxiliem a pessoa a colocar em prática aquilo que aprende. Competência é a capacidade de mobilizar conhecimentos, valores e decisões para agir de modo pertinente em uma determinada situação.

Portanto, ainda são perceptíveis os grandes desafios encontrados pelos profissionais, familiares e tradutores/intérpretes de LIBRAS na escolarização do aluno com surdez/deficiência auditiva, tendo em vista os muitos impasses presentes na educação brasileira como um todo, o que afeta de forma direta e significativa na formação desses indivíduos, podendo gerar como consequência o pouco avanço de alunos com surdez/deficiência auditiva.

É importante mencionar, que a profissão de tradutor/intérprete de LIBRAS é assegurada pela Lei 12.319/2010, segundo a qual, a pessoa responsável por desenvolver esse papel seria o principal ator no processo ensino-aprendizagem do aluno, mas necessita de uma preparação inicial, conforme regulamenta a lei em vigor, pois ele precisa ter conhecimento para fazer a intermediação entre a LIBRAS e a Língua Portuguesa. O art. 4º, inciso I, II e III, da referida lei, regulamenta que:

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:
I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
II - cursos de extensão universitária; e
III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Após sabermos o que reza essa lei, é importante conhecermos a visão das tradutoras/intérpretes de LIBRAS que foram entrevistadas, para melhor entendermos como se dá essa formação no município de Grajaú e qual o caminho trilhado por elas para desenvolverem essa profissão.

No tocante à formação, as entrevistadas afirmam:

“Sim, eu recebi a formação. Através de formações em cursos profissionalizantes reconhecidos, e melhorando com uma pós-graduação na área.” (Sofia)

“A formação para o intérprete varia de tempo, tende a acontecer entre um ano e meio a dois anos e meio, eu recebi a formação por meio de curso profissionalizante que aconteceu dentro de um ano, mas sempre busquei me aprofundar mais, por meio de vídeos e leituras.” (Diana)

Por meio das falas, percebe-se que elas de fato se empenharam em buscar conhecimento para conseguir desenvolver um trabalho com maior êxito, tendo em vista que a profissão requer pessoas com bom preparo, pois, se tornam atores fundamentais, na mediação de conhecimentos em sala de aula, principalmente, considerando que poucas pessoas têm o conhecimento de LIBRAS.

Quanto ao apoio que elas recebem por parte da Secretaria de Educação, ficou explícito que:

Ainda não recebi nenhum tipo de formação pela prefeitura e o apoio ofertado ainda sofre certa carência, tendo eu mesma que buscar recursos para desenvolver melhor meu trabalho, e sinto que eu desenvolveria melhor meu trabalho se existisse cursos de formação e capacitação para a minha área. (Sofia)

A Secretaria de Educação não oferece cursos para essa área, mas eles podiam trazer profissionais para capacitar os profissionais da nossa área, porém, eles não trazem, pois, eles destacam mais as grades curriculares como prioridade. E, de certo modo, eu recebo um apoio, não de forma direta, mas de uma forma mais indireta e eu acredito que se existissem capacitações para nós, que já estamos atuando, seria mais fácil lidar com os desafios encontrados em sala de aula, principalmente no que diz respeito à atualização das disciplinas. Os professores também deveriam ter uma capacitação para saber lidar com a realidade do aluno surdo, porque ainda não sabem lidar com essa realidade. (Diana)

Fica evidente aqui, que a prioridade da Secretaria de Educação do município estende-se aos ouvintes, pois, as intérpretes declararam apenas terem sido contratadas, mas ainda não receberam nenhuma capacitação e deixam claro que a capacitação para o professor da sala de ensino regular no que diz respeito à inclusão ainda é tímida, pois os professores da sala regular ainda não têm preparo suficiente para a realidade de um aluno não ouvinte.

É importante destacar como aconteceu a contratação das profissionais, sobre isso, elas descrevem que:

A minha contratação foi pela Coordenação da Educação Especial do município. (Sofia)

A minha contratação no município foi por meio de contrato, uma pessoa me indicou e hoje já trabalho há 3 anos. Mas também sou seletivada pelo Estado, e trabalho há 1 no Estado. (Diana)

Percebemos, a partir dessas falas, que o município poderia dedicar mais atenção à Educação Especial, pois a maioria dos profissionais trabalham por

contrato de indicação. Em vez disso, poderiam existir concursos públicos com critérios claros no tocante à formação e experiência desses profissionais. Percebemos que essa falta quanto à inserção do tradutor/intérprete de LIBRAS revela a pouca preocupação com a qualidade desse trabalho e, conseqüentemente, com a educação recebida pelos alunos.

Também foi colocada em questão a visão das profissionais acerca da sua relação com o aluno com deficiência auditiva/surdez, bem como, quais os desafios que elas mais enfrentam na sala de ensino regular, segundo elas:

Existe uma boa relação de afeto e confiança entre eu e o aluno, o que torna o trabalho, de certa forma, mais leve, pois isso é importante. E sobre os desafios mais pertinentes, eu acredito que seria a falta de empatia e interesse de alguns professores com o aluno surdo, pois isso dificulta a inclusão dele. (Sófia)

A minha relação hoje, eu diria que é boa, por já conhecer o aluno, conhecer a base dele, que é a família, mas o processo é lento, pois a forma dele interagir é muito “imaginal”⁵, e no início eu sentia uma insegurança, é preciso estar aberto a conhecer o aluno. E existem muitos desafios na sala de ensino regular, mas a meu ver, o maior é a inclusão, pois eu vejo que o aluno está inserido na sala de aula, mas não está incluso, pois não existe uma interação por parte dos colegas e dos professores, principalmente, por eles não conseguirem se comunicar com o aluno. E acredito que essa inclusão deveria partir do professor, pois o aluno é excluído, mesmo estando presente. (Diana)

A partir dessas falas percebemos a carência na inclusão do aluno com deficiência auditiva/surdez, pois as tradutoras/intérpretes de LIBRAS mostram se sentirem sozinhas no tocante a ajudar esse aluno, pois não recebem apoio por parte da gestão municipal e da escola, em particular, dos professores, que também não colaboram.

No decorrer da entrevista, elas declaram que a inclusão, só acontece de alguma forma (quando acontece), por meio do auxílio do tradutor/intérprete de LIBRAS, sejam nas apresentações de trabalhos ou nas brincadeiras, mas que isso está longe do esperado, tanto na escola, quanto na sociedade como um todo.

Quanto às maiores barreiras encontradas no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência auditiva/surdez, na perspectiva de Diana e Sofia, fica evidente que:

⁵ Conservamos a fala da entrevistada, contudo, considerando o contexto, o termo poderia ser substituído por “peculiar, introspectivo”.

Eu acredito que a fala e a escrita excessiva do professor em sala de aula acaba dificultando o entendimento dos conteúdos, para o aluno não ouvinte, pois alguns deles têm o raciocínio mais lento. (Sófia)

O processo de aprendizado do aluno é imenso, pois é demorado, o raciocínio lógico dele é, de certa forma mais lento, mas eu também não posso generalizar isso, pois os surdos que sabem ler é outra dimensão, então eu acredito que a maior barreira é o analfabetismo, pois quando o surdo não é alfabetizado no tempo dele, quando ele não é inserido, ele vai só aderindo mais à sua deficiência, e mesmo que o professor esteja apto, ainda vai ser difícil, por conta do analfabetismo do aluno. E acredito que é importante também a família se assegurar dos direitos que o aluno tem, pois se isso não acontece, as dificuldades crescem. (Diana)

Aqui observamos a diferença entre as visões das entrevistadas sobre o as dificuldades encontradas, entendidas por elas de forma particular, isso acontece porque, além das subjetividades inerentes a cada uma, suas experiências são únicas e envolvem sujeitos diferentes.

Quanto ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola em que as entrevistadas trabalham, buscamos saber se o aluno com deficiência auditiva/surdez está incluído nesse projeto, assim como, se as profissionais em questão recebiam material de apoio ofertado pela escola/Secretaria de Educação ao aluno que elas acompanham. De acordo com elas:

Eu acredito que a escola tenha sim Projeto Político Pedagógico, porém até o momento não tenho conhecimento e não tive oportunidade de acessar esse documento. E não existe fornecimento de material de apoio para realização do trabalho, é difícil. Então eu mesmo sempre estou em busca de recursos para facilitar o processo de aprendizagem. (Sofia)

Eu acredito que em toda escola exista um projeto pedagógico, agora se é pensado no aluno surdo, é uma problemática, pois a disciplina de Língua de Sinais até uns tempos era optativa, então pode ser que não pensassem também em metodologias para esse aluno. E sobre o material de apoio, ele existe, mas não é adaptado para o aluno surdo, então não atende as necessidades desse aluno, então a meu ver não serve. (Diana)

Observamos que mesmo com o discurso da inclusão, os alunos têm sido esquecidos, tanto dentro da escola, nas situações de ensino e aprendizagem, como na oferta de materiais que atendam às suas especificidades. As tradutoras/intérpretes de LIBRAS ainda afirmam no decorrer da entrevista que não existe adaptação nas avaliações bimestrais, sendo, portanto, segundo Diana, preparadas para todos os alunos, sem respeito às suas características e necessidades específicas. Isso implica dizer que a prioridade é o público ouvinte, não existindo, ao menos, o direito de tempo adicional (assegurado pela Lei 7853/89), para o aluno realizar as atividades avaliativas.

No que tange à relação entre tradutor/intérprete de LIBRAS e o professor da sala e entre o professor e o aluno, as entrevistadas afirmaram:

Eu tenho um bom contato com os professores, mas não chega a ser algo tão imenso. Eu acredito que, em função do docente regular não conhecer LIBRAS, o contato com o aluno é pouco, mas, de certa forma, ela existe. (Sofia)

Tem que existir uma parceria e um diálogo entre o intérprete e o professor, e com o protagonista disso, que é o aluno, então essa interação de comunicação, de certa forma, existe em ambos os lados, mas em alguns casos depende muito da abertura do professor para isso. (Diana)

Essa interação é de suma importância para o aprendizado do aluno, pois facilita o planejamento e o ensino e aprendizagem na escola, possibilitando a inclusão, além da valorização do tradutor/ intérprete de LIBRAS, que também se sente pertencente ao espaço escolar, pois é ele, quem media a aprendizagem do aluno.

Outro aspecto importante diz respeito às propostas de estratégias inclusivas a serem traçadas no intuito de melhorar o aprendizado e a inclusão do aluno com deficiência auditiva/surdez. Conforme Diana e Sofia:

O professor da sala de ensino regular deveria desenvolver seu planejamento de aula, pensando no aluno surdo e em especial, buscar se capacitar no que concerne a aprender Língua Brasileira de Sinais. (Sofia)

Os assuntos são muitos complexos, desde as humanas até as exatas, tem alunos surdos que têm facilidade em uma parte e outros em outra, então a melhor forma para a melhoria dessa inclusão poderia ser preparar conteúdo de forma adaptada, a começar pela quantidade de questões das avaliações, assim como também, incluir o aluno nas atividades de trabalho, para que ele realmente se sinta parte. (Diana)

Essa visão é importante para refletirmos que em termos de educação inclusiva nem o mínimo está acontecendo na sala de ensino regular, pois, pode-se identificar, por exemplo, que nem nas atividades avaliativas existe inclusão, pois o aluno com deficiência auditiva/surdez não é inserido, sendo, com isso, negado o seu direito de aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos voltados para a educação do aluno com deficiência auditiva/surdez vêm crescendo, isso porque existem lacunas no tocante à sua inclusão na educação e na sociedade como um todo.

Partindo do pressuposto de que a educação é um direito fundamental e, dentre outras funções, permite que os alunos tenham acesso aos conhecimentos necessários à formação humana e profissional, é inegável que o seu acesso deva ser garantido para todas as pessoas, com ou sem deficiência.

Contudo, esse direito tem sido negado, ao longo da história, aos indivíduos que não atendem aos “valores” da sociedade. Em se tratando da sociedade capitalista, na qual estamos imersos, voltada para a produção de indivíduos preparados com as competências e habilidades requeridas por um mercado de trabalho cada vez mais exigente, as pessoas com deficiência têm sido excluídas.

No entanto, avançamos no sentido de promover a inclusão escolar, amparada por leis e políticas públicas que, embora esteja longe do necessário, possibilita vermos as pessoas com deficiência ocupando os espaços escolares, o que já é uma grande vitória dos movimentos sociais engajados nessa luta.

A proposta foi pesquisar sobre a inclusão de alunos com surdez/deficiência auditiva em uma escola pública municipal de Grajaú, no Maranhão, a partir das perspectivas de duas tradutoras/intérpretes de LIBRAS, com o objetivo de analisar como se dá a inclusão de alunos com surdez/deficiência auditiva a partir da perspectiva de tradutores/intérprete de LIBRAS.

Ainda com todos os percalços apresentados, percebemos que no tocante às pessoas com surdez/deficiência auditiva já houve grandes conquistas, tendo em vista, que antigamente eram vistas como seres incapazes, até mesmo, de pensar. No entanto, a pesquisa aqui apresentada, mostrou que ainda existem muitos limites, na prática, quando se trata da inclusão do aluno com deficiência auditiva/surdez.

Após as entrevistas, ficou evidente que esteja existindo somente uma integração e não inclusão, pois de acordo com o exposto, não há estratégias metodológicas, na escola, que atendam às particularidades desse corpo discente, para que eles sejam incluídos de fato, pois, as aulas são preparadas com foco nos alunos ouvintes.

Foi possível perceber que, para além do despreparo dos professores no planejamento de suas aulas/atividades/avaliações, de forma que o aluno com deficiência auditiva/surdez sintasse incluído, ficou claro o quanto o tradutor/intérprete de LIBRAS se sente desamparado para melhor contribuir com seu trabalho, pois, não recebe formação por parte da Secretaria de Educação e o material de apoio que é ofertado não atende às necessidades do aluno com deficiência auditiva/surdez.

A distância entre o que apresenta a legislação e o que acontece nas escolas em termos de inclusão de pessoas com deficiência auditiva/surdez no município maranhense de Grajaú a partir da perspectiva de tradutores/intérprete de LIBRAS é muito grande, requerendo que urgentemente, as leis e as políticas públicas sejam efetivadas e as condições de implementação da inclusão desses alunos seja efetiva, necessitando para isso, de uma mudança de olhar sobre a pessoa com deficiência e a inclusão, além da tomada de ações que, de fato, garantam o acesso aos seus direitos, dentre eles, o direito à educação. Por meio desse trabalho, visa-se que novas pesquisas sejam estimuladas, para que esse público possa ser mais reconhecido, apoiado e incluído, seja na escola, no trabalho, na família, ou nos demais ambientes.

AGRADECIMENTOS

Com grande alegria venho fazer meus agradecimentos para a finalização de mais uma etapa na minha vida. A princípio, quero agradecer a Jesus por nunca soltar minha mão, por me livrar de todo mal, e por me fazer acreditar que tudo seria possível, quando meu coração só sabia sentir medo e insegurança, Ele estava comigo em cada noite de choro e cansaço, e agradecer à Nossa Senhora por sempre interceder por mim.

Dedico essa graduação, pela Universidade Federal do Maranhão, à minha mãe, Antônia Zélia Conceição, mulher forte (que me ensinou a ser forte), batalhadora e que sempre lutou sem cessar para ver eu e minhas irmãs nos melhores pódios, ainda que isso lhe custasse a sua paz. Obrigada, minha rainha, por todas as noites acordadas ao “pé da porta” me esperando chegar da faculdade, sempre orando para que eu chegasse bem e por se preocupar quando eu passava a noite acordada estudando, e mais mil coisas que não caberiam aqui. Você é meu maior e melhor exemplo!

Agradeço ao meu pai por sempre acreditar no meu potencial e confiar que eu venceria, e torcer por isso, me liberando horas nas vagas do trabalho para que eu pudesse estudar. É uma tremenda alegria ver seus sonhos se concretizarem em mim!

Às minhas irmãs, que são tudo que eu tenho de mais precioso, que sempre me incentivaram, acreditaram e torceram pelo meu crescimento, e à minha sobrinha Maria Cecília, por ser o sol que alegra os meus dias.

Gratidão à minha digníssima e humana orientadora, Prof.^a Dr.^a Patrícia Costa Ataíde, por me fazer acreditar que eu seria capaz, e por sonhar comigo, mesmo com tantos empecilhos à vista. Deus lhe enviou porque sabia exatamente do que eu precisava. A você, minha eterna gratidão e admiração.

Obrigada, minha amiga que se tornou irmã, pois levarei para a vida toda, Rosa Santos. Nossas tardes de estudos deixarão saudade, lembranças de boas gargalhadas e uma amizade saudável para toda a vida. Assim como, muitas outras amizades que construí no decorrer dessa linda história.

Agradeço à minha instituição formadora, Universidade Federal do Maranhão, assim como aos meus bons professores que serão para sempre espelho para mim.

E por fim, agradeço a mim, por sempre sonhar tão alto e nunca desistir, independente de qual seja o desafio.

REFERÊNCIAS

BENDINELLI, Rosana Claudia, **Atendimento Educacional Especializado (AEE): pressuposto e desafios**. Diversa. São Paulo, 2018. Disponível em: [Atendimento educacional especializado \(AEE\): pressupostos e desafios \(diversa.org.br\)](http://diversa.org.br). acesso em: 03 de agosto de 2023.

Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de dezembro de 1996. Seção 1, p. 27839. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 06 de agosto de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 08/08/2023

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Diário Oficial da União. Brasília, 07 de janeiro de 2008

FARIAS, Francisca N. de Almeida e LIMA, Ediane Silva. **Libras e Surdez: conceitos e aplicação na educação de surdos**. 1 ed. São Paulo: Ed. Garcia Edizione, 2018. p (9-46)

FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS (Brasil). **O que é FENEIS?** Site FENEIS. São Paulo, 2021. Disponível em: [O que é - FENEIS](#): Acesso em: 03 de agosto de 2023

FERREIRA, Ana C. Assunção e ARAÚJO, Camélia S.S. Borges. **O surdo e a libras: diálogos sobre políticas públicas pedagógicas**. 1º ed. São Paulo: Gradus Editora, 2021. p. (31-45)

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2013, vol.18, n.52. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2013, vol.18, n.52. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000100007&lng=en&nrm=iso>.

LIMA, Maria Eliziane Pereira; SANTOS, Uilma da Silva. **AEE para surdos: o legal e o real**. João Pessoa, 2014.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educ. Pesqui. [online]. 2004, vol. 30, n.2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 de março de 2023

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educ. Pesqui. [online]. 2004, vol.30, n.2. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200007&lng=en&nrm=iso

STROBEL, Karen; FERREIRA, Patrícia Luiza. **Didática e Educação de Surdos**. Florianópolis: UFSC, 2011, p. 02-45.

WITKOSKI, Sílvia Andreis e FILIETAZ, Marta R. Proença. **Educação de Surdo em debate**. 1º. ed. Curitiba: Ed. UTFPR, 2014. p. (93-103)